

IDENTIDADE DOCENTE EM DISPUTA: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA FRENTE À BNCC E À CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO

Telma Rodrigues da Silva Benetti ¹

Maria Aparecida Lima dos Santos ²

RESUMO

A pesquisa, desenvolvida no âmbito do doutorado em Educação, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (código 001) e com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), objetiva analisar os efeitos das políticas curriculares recentes, notadamente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Contrarreforma do Ensino Médio prevista pela Lei nº 13.415/2017 na formação e atuação docente em Biologia. Insere-se no campo teórico-metodológico dos estudos críticos e pós-críticos do currículo, compreendido como prática discursiva e arena de disputas. Trata-se de um estudo do tipo estado da arte, centrado em publicações acadêmicas entre 2017 e 2023, com vistas à produção posterior de um estado da questão sobre os sentidos atribuídos ao ensino de Biologia nos documentos curriculares contemporâneos. Os resultados parciais apontam que a formação docente tem sido tensionada por diretrizes que desvalorizam o conhecimento disciplinar específico, subordinando-o à lógica de competências e habilidades generalistas. A reorganização do currículo em áreas de conhecimento, associada à extinção da obrigatoriedade de componentes curriculares, tem produzido um deslocamento da função docente, com impactos diretos na identidade profissional, na autonomia pedagógica e nas condições de trabalho dos professores de Biologia, sobretudo na rede pública. Observa-se, ainda, que os discursos normativos presentes na BNCC mobilizam uma racionalidade neoliberal, que condiciona a educação a finalidades instrumentais e mercadológicas. Conclui-se que o processo de reconfiguração curricular, articulado à política de formação de professores, requer análise crítica e resistência ativa, a fim de preservar a dimensão formativa e científica do ensino de Biologia na escola pública.

Palavras-chave: Formação docente; Ensino de Biologia; Políticas curriculares; BNCC; Contrarreforma do Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 13.415/2017 e a posterior implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representaram um marco na reconfiguração do Ensino Médio brasileiro, estabelecendo novas diretrizes que alteraram profundamente a estrutura e a função

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, GEPEH/UFMS, telma.rodrigues@ufms.br;

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Faculdade de Educação - FAED/PPGEDU/UFMS; GEPEH/UFMS, maria.lima-santos@ufms.br.



social da escola. Sob o discurso da modernização, da flexibilização e da personalização da aprendizagem, instaurou-se um modelo curricular centrado em competências, habilidades e trajetórias formativas individualizadas. Essa proposta, apresentada como um avanço democrático, tem sido interpretada por diversos autores do campo educacional (Behring, 2003; Ferreira, 2017) como parte de um movimento de Contrarreforma educacional, ancorado em princípios neoliberais e nas políticas de ajuste do Estado. O resultado é uma reconfiguração das finalidades da educação pública, que passa a privilegiar a formação de sujeitos adaptáveis e produtivos, em detrimento da formação crítica, científica e emancipatória.

No interior desse processo, a disciplina de Biologia, inserida na área de Ciências da Natureza, vem sofrendo impactos significativos. A reorganização curricular proposta pela Contrarreforma e operacionalizada pela BNCC tem provocado uma desvalorização do conhecimento disciplinar específico, reduzindo a Biologia a um conjunto de conteúdos transversais subordinados à lógica das competências gerais. O foco desloca-se da compreensão conceitual e epistemológica da ciência para o desenvolvimento de habilidades genéricas e aplicadas, frequentemente orientadas pelas demandas do mercado e pelas avaliações externas. Como consequência, observa-se um duplo movimento de esvaziamento: por um lado, da formação científica dos estudantes, e por outro, da identidade docente dos professores de Biologia, cuja autonomia e papel formativo são progressivamente enfraquecidos (Machado; Meirelles, 2020).

Essa perda de centralidade da Biologia no currículo não se restringe a aspectos pedagógicos ou organizacionais, mas expressa uma disputa política em torno dos sentidos da educação. A redução da carga horária e a diluição dos conteúdos em macrotemas ampliados desconstroem o caráter reflexivo e investigativo que historicamente caracterizou o ensino da disciplina. Em lugar de um ensino comprometido com a compreensão da vida em suas dimensões ecológicas, sociais e éticas, ganha força uma abordagem pragmática, voltada à resolução de problemas e ao desenvolvimento de competências instrumentais. Nesse contexto, a Biologia é despolitizada e reconfigurada como instrumento de adaptação ao mercado de trabalho, afastando-se de seu potencial de promover a criticidade e a consciência socioambiental dos estudantes.

A pesquisa aqui apresentada, desenvolvida no âmbito do doutorado em Educação e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Código de Financiamento 001 –, objetiva analisar os efeitos dessas políticas curriculares na



formação e atuação docente em Biologia, tomando como referência o processo de implementação do Currículo Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS). Esse documento, elaborado a partir da BNCC, é compreendido como espaço privilegiado de observação das disputas discursivas que configuram o campo educacional. A análise parte da concepção de currículo como prática discursiva e arena de disputas (Lopes; Macedo, 2011), em que diferentes atores — gestores, professores, formuladores e movimentos sociais — negociam significados e definem o que deve ser ensinado e aprendido na escola.

O estudo insere-se no campo teórico-metodológico dos estudos críticos e pós-críticos do currículo, dialogando com autores que compreendem as políticas educacionais como práticas de hegemonia (Laclau; Mouffe, 2015) e como instrumentos de regulação subjetiva e social (Laval, 2019). Nesse sentido, a BNCC e a Contrarreforma do Ensino Médio são interpretadas não apenas como reformas estruturais, mas como dispositivos discursivos que produzem novas formas de governamentalidade, moldando a identidade docente e redefinindo o lugar do professor na escola. O docente, outrora agente de mediação crítica do conhecimento, passa a ser concebido como executor de competências previamente prescritas, perdendo gradualmente sua autonomia intelectual e pedagógica.

A escolha pela Biologia como foco analítico justifica-se pela relevância da disciplina na formação científica e cidadã dos estudantes, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados à saúde pública, à crise climática, à conservação da biodiversidade e ao avanço das biotecnologias. Tais temas demandam um ensino que articule ciência, ética e política, promovendo uma compreensão integrada dos fenômenos da vida e de suas implicações sociais. Entretanto, a atual configuração curricular tende a fragmentar esse conhecimento e a submeter o ensino de Biologia à lógica performativa das avaliações e indicadores, o que ameaça sua função formativa e seu compromisso com a produção de sentido e reflexão crítica.

Assim, compreender o modo como o CRMS recontextualiza os discursos da BNCC e da Contrarreforma significa investigar como as políticas curriculares incidem sobre a constituição da identidade docente e sobre o trabalho pedagógico. A análise documental e bibliográfica buscará identificar as formas de legitimação desses discursos e suas repercussões na prática dos professores de Biologia da rede pública de Mato Grosso do Sul, evidenciando as tensões entre autonomia e controle, entre formação científica e formação instrumental, entre o conhecimento e a competência. Em última instância, pretende-se contribuir para o debate sobre



a resistência e a reinvenção da docência frente às políticas neoliberais, reafirmando o ensino de Biologia como espaço de produção de sentidos, de crítica e de emancipação humana.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em duas perspectivas teórico-metodológicas complementares: o Ciclo de Políticas, conforme proposto por Ball (2014) e Mainardes (2006), e a Teoria do Discurso, desenvolvida por Laclau e Mouffe (2015). Essa articulação permite compreender, de forma integrada, tanto a complexidade dos processos de formulação e implementação das políticas públicas quanto os mecanismos discursivos que produzem sentidos sobre o currículo, a disciplina de Biologia e a identidade docente.

O referencial do Ciclo de Políticas possibilita analisar que os sentidos atribuídos ao ensino de Biologia não se fixam exclusivamente no momento da promulgação da BNCC ou da Lei nº 13.415/2017, mas emergem das disputas e negociações entre diferentes sujeitos e instituições, como professores, gestores e formuladores de políticas educacionais, que reinterpretam as diretrizes nos contextos concretos de prática escolar. Já a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) permite compreender como as políticas curriculares se constituem como arenas de conflito simbólico e ideológico, evidenciando processos de hegemonização, ressignificação e construção de subjetividades compatíveis com a lógica neoliberal, apontada no resumo como central na reconfiguração do ensino e da formação docente (Laval, 2019).

A pesquisa se ancora nos pressupostos da pesquisa qualitativa em educação, conforme delineado por Ghedin e Franco (2011), que valorizam a construção do conhecimento a partir da escuta dos sujeitos e da análise contextualizada de documentos e práticas. Nessa perspectiva, a investigação articula duas frentes principais: análise documental e produção de dados empíricos por meio de entrevistas semiestruturadas com professores e gestores escolares da rede pública estadual de Mato Grosso do Sul.

A análise documental inclui o CRMS, as diretrizes da BNCC e normativas emitidas pelas Secretarias Estaduais de Educação. O objetivo é identificar como a disciplina de Biologia foi reorganizada, quais conteúdos e competências foram priorizados, de que maneira os itinerários formativos foram estruturados e quais sentidos normativos refletem a racionalidade neoliberal, subordinando o conhecimento científico às competências generalistas. Este procedimento permitirá compreender como os discursos oficiais moldam o trabalho docente,



impactam a autonomia pedagógica e influenciam a constituição da identidade profissional do professor de Biologia, conforme destacado no resumo.

As entrevistas semiestruturadas têm o propósito de captar a percepção dos docentes e gestores acerca das mudanças curriculares, os desafios enfrentados na implementação da BNCC e do CRMS e as estratégias utilizadas para ressignificar o trabalho pedagógico, preservando a dimensão científica e formativa da disciplina. O procedimento inclui registro em cadernos de campo e transcrição integral das entrevistas, garantindo rigor metodológico e fidelidade às narrativas dos sujeitos.

A pesquisa está organizada em cinco etapas, articuladas aos objetivos do estudo:

Produção do estado da arte: levantamento bibliográfico com descritores como “ensino de Biologia”, “BNCC”, “CRMS” e “reforma do Ensino Médio”, seguindo os critérios de Ferreira (2002) e Morosini et al. (2021), para identificar tendências, lacunas e ineditismo da produção acadêmica recente (2017–2023);

Estudo dos fundamentos teóricos: aprofundamento em formação docente, currículo e disciplina escolar, mobilizando autores como Lopes (1999), Chervel (1990) e Forquin (1993);

Produção de dados empíricos: realização de entrevistas semiestruturadas com professores e gestores, registro em caderno de campo e atenção aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos;

Análise discursiva: categorização e interpretação dos dados, articulando o Ciclo de Políticas e a Teoria do Discurso, para compreender como as políticas, discursos normativos e práticas escolares impactam a identidade profissional e o trabalho docente;

Defesa da tese, prevista para o período entre novembro de 2027 e março de 2028, integrando os resultados da análise documental, entrevistas e revisão do estado da arte.

Dessa forma, a metodologia possibilita uma análise crítica e aprofundada sobre os efeitos das políticas curriculares na formação e atuação dos professores de Biologia, alinhada aos objetivos do estudo e ao resumo apresentado. Além disso, garante que os resultados permitam identificar deslocamentos na função docente, impactos sobre a autonomia pedagógica e a construção de subjetividades compatíveis com a racionalidade neoliberal, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias de resistência e valorização do ensino de Biologia na escola pública.



REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR E DISPUTAS NO CAMPO DO ENSINO DE BIOLOGIA

Compreender as reconfigurações do ensino de Biologia no Ensino Médio brasileiro, à luz das reformas recentes, exige considerar que as políticas curriculares são produzidas em contextos múltiplos, contraditórios e marcados por disputas de poder. A promulgação da Lei nº 13.415/2017 e a implementação da BNCC constituíram um marco na reestruturação do Ensino Médio, estabelecendo diretrizes que reorganizaram o currículo em áreas de conhecimento, com a introdução dos itinerários formativos. O discurso oficial enfatiza modernização, personalização e flexibilização da aprendizagem, mas pesquisadores do campo educacional apontam que tais mudanças refletem, na prática, uma Contrarreforma educacional alinhada à racionalidade neoliberal, priorizando competências e habilidades generalistas em detrimento do conhecimento disciplinar específico (Behring, 2003; Ferreira, 2017; Laval, 2019).

A partir do referencial teórico do Círculo de Políticas (Ball, 2014; Mainardes, 2006), é possível observar que há um descompasso entre a formulação das políticas e sua implementação nas escolas. Assim essa abordagem:

[...] assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas. (Mainardes, 2006, p. 53).

A Teoria do Discurso, de Laclau e Mouffe (2015), fornece elementos para compreender como os sentidos atribuídos ao ensino de Biologia são construídos em meio a disputas políticas e simbólicas. Os discursos não são estáticos; eles refletem tentativas de hegemonização, onde certos saberes e práticas docentes são legitimados enquanto outros são silenciados. No caso da Biologia, observa-se que a ênfase nas competências e habilidades instrumentaliza o conhecimento, condicionando-o a finalidades mercadológicas e pragmáticas, ao mesmo tempo em que tensiona a identidade profissional e a autonomia pedagógica dos professores (Laval, 2019).

A análise se apoia também em levantamento bibliográfico recente (2017–2023) do tipo estado da arte (Ferreira, 2002; Morosini, 2021), que evidencia a escassez de estudos sobre o ensino de Biologia em suas especificidades, reforçando a necessidade de compreender o impacto das reformas sobre a formação docente e a prática pedagógica. O levantamento permite identificar três categorias centrais de análise: (i) fragilização curricular da disciplina, refletida



na redução da carga horária e na diluição dos conteúdos; (ii) subordinação ao desempenho em avaliações externas e à lógica gerencial, priorizando indicadores em detrimento da formação científica; e (iii) reconfiguração da identidade docente, produzindo subjetividades alinhadas à racionalidade neoliberal, em detrimento da função crítica da escola.

No contexto do CRMS, as disputas curriculares se materializam na forma como a Biologia é inserida nos itinerários formativos, com conteúdos diluídos em grandes eixos temáticos da área de Ciências da Natureza. O deslocamento da disciplina para um papel secundário provoca impactos diretos sobre a prática docente, exigindo estratégias de ressignificação pedagógica, adaptação a metas de desempenho e adequação a itinerários fragmentados. Dessa forma, a identidade profissional do professor de Biologia, historicamente centrada na formação científica e crítica dos estudantes, encontra-se tensionada, demandando resistência e negociação constante.

A escola, nesse cenário, torna-se um espaço simbólico de disputa (Gabriel e Castro, 2013), onde os saberes são continuamente negociados e reconfigurados. Professores, gestores e formuladores participam da construção de sentidos, muitas vezes em conflito com os discursos normativos que priorizam competências generalistas. A abordagem pós-crítica do currículo permite perceber que essas disputas não se restringem à reorganização de conteúdos, mas atingem a constituição da subjetividade docente, a autonomia pedagógica e a capacidade de intervenção crítica sobre o conhecimento escolar.

Portanto, compreender a reorganização do ensino de Biologia no contexto da BNCC e da Contrarreforma exige analisar simultaneamente os documentos oficiais, os relatos docentes e as práticas escolares. Essa perspectiva evidencia que, embora a formalização normativa estabeleça diretrizes, a construção da identidade docente e a prática pedagógica permanecem em constante disputa, refletindo tensões entre objetivos formativos, demandas do mercado e desafios estruturais da escola pública.

Em síntese, a reestruturação curricular imposta pelas políticas recentes impacta diretamente a formação e atuação docente, provocando deslocamentos na função do professor de Biologia, fragilizando sua autonomia e diluindo o potencial crítico do ensino da disciplina. Ao mesmo tempo, o estudo evidencia a importância de analisar o currículo como prática discursiva e arena de disputas, reforçando a necessidade de estratégias de resistência e de fortalecimento do ensino de Biologia como espaço de reflexão científica, ética e social.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais da pesquisa indicam que a formação e a atuação docente em Biologia têm sido profundamente tensionadas pelas políticas curriculares recentes, sobretudo pela BNCC e pela reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017. Essas políticas, ao proporem uma reorganização do currículo em áreas de conhecimento e ao promoverem a flexibilização por meio dos itinerários formativos, instauram uma nova racionalidade educacional que subordina o ensino às lógicas de desempenho, empregabilidade e eficiência, típicas do ideário neoliberal (Laval, 2019).

A análise preliminar dos documentos curriculares evidencia que a disciplina de Biologia tem sido reinscrita na atual configuração do Ensino Médio a partir de um processo de diluição de sua especificidade científica. No CRMS, observa-se que a Biologia foi incorporada à área de Ciências da Natureza, perdendo parte de sua centralidade enquanto componente formativo autônomo. Essa integração, embora apresentada oficialmente como forma de promover interdisciplinaridade e contextualização, na prática tem resultado em redução da carga horária, fragmentação dos conteúdos e enfraquecimento da identidade curricular da disciplina.

Os conteúdos tradicionalmente vinculados ao estudo da vida — como genética, ecologia, evolução e fisiologia — passam a ser abordados de maneira transversal, nem sempre articulada ou contínua, o que compromete a construção conceitual pelos estudantes e a própria função formativa da Biologia enquanto campo de saber. Assim, a reconfiguração curricular não apenas redefine o lugar da disciplina, mas reformula o papel do professor de Biologia, cuja atuação passa a ser mediada por diretrizes que privilegiam competências e habilidades generalistas em detrimento do aprofundamento científico.

No discurso oficial, a reforma do Ensino Médio é justificada por princípios como flexibilidade, protagonismo juvenil e inovação, mas os resultados parciais da pesquisa apontam contradições evidentes entre tais premissas e as condições concretas das escolas públicas. Professores e gestores relatam dificuldades na implementação dos itinerários formativos, ausência de materiais didáticos adequados e sobrecarga de trabalho decorrente da necessidade de reorganizar planos e práticas pedagógicas para atender a novas demandas, muitas vezes pouco claras. Essas constatações evidenciam que a política educacional, em vez de ampliar a autonomia docente, tem intensificado processos de precarização e controle.



A análise documental permite identificar que o discurso da modernização curricular mobiliza um léxico de inovação e protagonismo, mas esconde um movimento de desresponsabilização do Estado e de transferência de responsabilidades para os professores e as próprias escolas. No caso específico da Biologia, isso se manifesta na imposição de práticas pedagógicas orientadas pela lógica das competências instrumentais, o que reduz a disciplina a um papel funcional e utilitarista. Em consequência, observa-se uma erosão da dimensão crítica e reflexiva do ensino de Biologia, tradicionalmente vinculada à formação científica e ética dos estudantes e à discussão dos grandes desafios socioambientais contemporâneos.

As entrevistas previstas com professores e gestores escolares, em andamento na segunda etapa da investigação, visam aprofundar a compreensão de como esses sujeitos significam e ressignificam suas práticas diante das mudanças impostas pela reforma. A escuta das vozes docentes é fundamental para revelar tanto os efeitos concretos das políticas quanto as estratégias de resistência e adaptação que emergem no cotidiano escolar. Espera-se que as narrativas docentes evidenciem formas criativas de preservar a especificidade da Biologia, seja por meio da seleção crítica de conteúdos, seja pela articulação com projetos interdisciplinares que mantenham a centralidade da vida e da sustentabilidade como eixos formativos.

Os resultados também indicam que há lacunas e silenciamentos significativos nos documentos curriculares, principalmente no que se refere à explicitação dos fundamentos epistemológicos da Biologia e à valorização do conhecimento científico. Essa ausência contribui para um deslocamento do foco educativo — da formação crítica e emancipatória para o desenvolvimento de habilidades funcionais —, o que representa um retrocesso na concepção de educação científica defendida pelas políticas anteriores.

Além disso, o estudo sugere que as transformações curriculares repercutem diretamente na identidade profissional e na autonomia pedagógica dos professores de Biologia. Ao serem instados a cumprir metas e adequar-se a formatos flexíveis, os docentes vivenciam um processo de desprofissionalização simbólica, em que seu papel formativo é constantemente redefinido por discursos externos. Tal situação reforça a necessidade de discutir a formação inicial e continuada desses profissionais, de modo a fortalecer sua capacidade de análise crítica e sua atuação frente às políticas de contrarreforma.

Por fim, as evidências reunidas apontam que a reconfiguração curricular do Ensino Médio não se limita a mudanças estruturais ou metodológicas, mas expressa um projeto político de redefinição do papel da escola pública. A análise crítica do caso de Mato Grosso do Sul



permite compreender como os efeitos da BNCC e da Lei nº 13.415/2017 se materializam na prática docente, contribuindo para o debate sobre o direito ao conhecimento científico e para a construção de currículos mais democráticos, contextualizados e comprometidos com a formação integral dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em andamento reafirma que compreender o ensino de Biologia na contemporaneidade implica reconhecer que o currículo é um espaço de disputa simbólica, política e ideológica. As reformas educacionais recentes — particularmente a BNCC e a chamada Contrarreforma do Ensino Médio (Ferreira, 2017) — reconfiguram não apenas a estrutura organizacional da escola, mas também os sentidos atribuídos ao conhecimento e à docência. No contexto da Biologia, essa reconfiguração se manifesta na diluição do conteúdo disciplinar, na valorização de competências genéricas e na imposição de uma racionalidade neoliberal que submete a formação humana a finalidades instrumentais e produtivistas.

Ao adotar como referenciais o Ciclo de Políticas (Ball, 2014; Mainardes, 2006) e a Teoria do Discurso (Laclau e Mouffe, 2015), esta investigação busca tensionar os processos de formulação, tradução e implementação das políticas curriculares, evidenciando os deslocamentos e contradições entre o discurso oficial e as práticas escolares. Tais referenciais permitem compreender que as políticas não se esgotam no texto legal: elas são constantemente reinterpretadas e resignificadas por professores, gestores e demais sujeitos da escola. Assim, ao privilegiar a escuta dessas vozes, a pesquisa reconhece a dimensão política e ética do trabalho docente como espaço de resistência e produção de sentidos.

Os resultados parciais sugerem que a desdisciplinarização da Biologia e a reorganização curricular por áreas de conhecimento têm produzido impactos significativos na identidade profissional e na autonomia pedagógica dos docentes. As condições materiais e simbólicas do trabalho docente se fragilizam à medida que as políticas centralizam a avaliação e descentralizam a responsabilidade, atribuindo aos professores a tarefa de concretizar, em contextos adversos, reformas construídas sob uma lógica de eficiência e gestão. Esse processo contribui para a precarização da docência e para o enfraquecimento do compromisso formativo da escola pública.



Conclui-se, portanto, que o processo de reconfiguração curricular articulado à política de formação de professores requer análise crítica e resistência ativa, a fim de preservar a dimensão formativa e científica do ensino de Biologia. Resistir, neste contexto, significa reafirmar o valor do conhecimento científico como bem público e defender o papel da escola como espaço de formação integral, crítica e emancipatória.

Investigar o lugar da Biologia no Ensino Médio é, assim, interrogar os rumos da educação básica brasileira e os sentidos do próprio ato de ensinar. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento do debate sobre a formação docente e sobre a necessidade de políticas curriculares mais democráticas, contextualizadas e comprometidas com a justiça social e ambiental. Reafirma-se, por fim, o compromisso com uma educação pública, crítica e socialmente referenciada, capaz de formar sujeitos autônomos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais sustentável, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 16 fev. 2017. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma** : desestruturação do Estado e perda de direitos / Elaine Rossetti Behring. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 2008.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, 1990, p. 177-229.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, pág. 257-272, ago, 2002.

FERREIRA, Elisa Bartolozzi. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr.-jun., 2017.

FORQUIN, Jean - Claude. **Escola e cultura:** as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.



GABRIEL, Carmen Teresa.; CASTRO, Marcela. Moraes de. Conhecimento escolar: objeto incontornável da agenda política educacional contemporânea. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 45, n. 31, 2013. DOI: 10.21680/1981-1802.2013v45n31ID5105

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2011 - Capítulos 1 e 2.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: CNPq, 2015.

LAVAL, C. **Foucault, Bordieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2019.

LOPES, Alice Ribeiro Casemiro. **Conhecimento escolar: ciência e cotidiano**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

LOPES, Alice Casemiro.; Macedo, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, M. H.; MEIRELLES, R. M. S. Da “LDB” dos anos 1960 até a BNCC de 2018: breve relato histórico do ensino de Biologia no Brasil. **Debates em Educação**, [S.l.],v.12,n.27,p.163-181, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n27p163-181.
Disponível em:<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8589>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 94–105, 2007. DOI: 10.7867/1809-0354.2006v1n2p94-105.

MOROSINI, Marília.; KOHLS-SANTOS, Priscila.; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Editora CRV, Curitiba, pág. 19-41, Abril, 2021.

